

terras gregas e que, dir-se-ia, substitui uma unidade política insuficiente pela unidade da poesia popular.

Encontramos, em Walter Scott, uma utilização idêntica do folclore local em outras circunstâncias históricas (e com outras finalidades, é verdade).

A característica de Walter Scott é precisamente o movimento que o leva ao folclore local. Percorre toda a Escócia natal, e, em especial, as regiões limítrofes com a Inglaterra, conhece os menores meandros do Tweed, as menores ruínas de um castelo, e tudo isso é percebido à luz das lendas e das canções. O espaço para ele está impregnado de acontecimentos precisos contados nas lendas locais, está condensado no tempo legendário. Um acontecimento sempre é rigorosamente localizado e se imprime nos indícios que marcam o espaço. Os olhos de W. Scott sabem ver o tempo no espaço.

Mas esse tempo em Walter Scott, em suas primeiras obras, na época em que compõe as *Canções da fronteira escocesa* e seus poemas (*A balada do último menestrel*, *A noite de São João*, *A dama do lago*, etc.) tem ainda o caráter de um passado fechado, no que se distingue do passado tal como é percebido por Goethe. O passado que W. Scott lía nas ruínas de castelos e nos detalhes de uma paisagem escocesa é desprovido de atividade criadora no presente, pertence a um mundo fechado; quanto ao presente *visível*, este apenas suscita a recordação do passado; o presente é o receptáculo das recordações do passado e não encerra o próprio passado em sua forma sempre viva e ativa. E por isso que, até em seus melhores poemas folclóricos, W. Scott não confere plenitude ao tempo.

Mais tarde, em seu período do “romance”, W. Scott supera essa limitação (sem vencê-la por completo, é verdade). Fica-lhe de seu período anterior o caráter profundamente cronotópico de seu pensamento de artista, a aptidão para ler o tempo no espaço, os elementos do colorido folclórico do tempo (do tempo histórico-popular). Todos estes aspectos mostram-se extraordinariamente produtivos para o romance histórico. Ao mesmo tempo, W. Scott assimila as inúmeras formas de romances que balizam a evolução anterior desse gênero, sobretudo as formas do romance gótico e do romance biográfico-familiar,

276

e, por fim, assimila o drama histórico. È justamente nesse terreno que ele supera o fechamento do passado e domina a plenitude do tempo indispensável ao romance histórico.

Esboçamos sumariamente uma das etapas mais importantes que a literatura transpôs na assimilação do tempo histórico real, uma etapa marcada acima de tudo pela imponente figura de Goethe. Com isso, esperamos, o problema suscitado pela assimilação do tempo na literatura e, sobretudo, no romance se tenha revelado em toda sua amplitude.

277

Os gêneros do discurso

278

- Título da edição original: *O problema dos gêneros do discurso*.
- Texto de arquivos (1952-1953), não revisto pelo autor.
- Fragmento de um estudo mais abrangente que se intitulava “Os gêneros do discurso”, cujo projeto não foi realizado.

279

I

Problemática e definição

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a

280

diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso). Ficaríamos tentados a pensar que a diversidade dos gêneros do discurso é tamanha que não há e não poderia haver um terreno comum para seu estudo: com efeito, como colocar no mesmo terreno de estudo fenômenos tão díspares como a réplica cotidiana (que pode reduzir-se a uma única palavra) e o romance (em vários tomos), a ordem padronizada que é imperativa já por sua entonação e a obra lírica profundamente individual, etc.? A diversidade funcional parece tornar os traços comuns a todos os gêneros do discurso abstratos e inoperantes. Provavelmente seja esta a explicação para que o problema geral dos gêneros do discurso nunca tenha sido colocado. Estudaram-se, mais do que tudo, os *gêneros literários*. Mas estes, tanto na Antigüidade como na época contemporânea, sempre foram estudados pelo ângulo artístico-literário de sua especificidade, das distinções diferenciais intergenéricas (nos limites da literatura), e não enquanto tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados, com os quais contudo têm em comum a natureza *verbal* (lingüística). O problema de lingüística geral colocado pelo enunciado, e também pelos diferentes tipos de enunciados, quase nunca foi levado em conta. Estudaram-se também — a começar pelos da Antigüidade — os *gêneros retóricos* (e as épocas posteriores não acrescentaram nada de relevante à teoria antiga). Então dava-se pelo menos maior atenção à natureza verbal do enunciado, a seus princípios constitutivos tais como: a relação com o ouvinte e a influência deste sobre o enunciado, a conclusão verbal peculiar ao enunciado (diferente da conclusão do pensamento), etc. A especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria porém a natureza lingüística do enunciado. E, por fim, estudaram-se os *gêneros do discurso cotidiano* (principalmen-

281

te a réplica do diálogo cotidiano), e fazia-se-o justamente do ponto de vista da lingüística geral (a escola de Saussure e seus continuadores mais recentes — os estruturalistas, os behavioristas americanos, os discípulos de Vossler que, aliás, tinham uma base totalmente diferente). Mas, também nesse caso, o estudo não podia conduzir à definição correta da natureza lingüística do enunciado, na medida em que se limitava a pôr em evidência a especificidade do discurso cotidiano oral, operando no mais das vezes com enunciados deliberadamente primitivos (os behavioristas americanos).

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo). Os gêneros secundários do discurso — o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios - por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo).

A distinção entre gêneros primários e gêneros secundários tem grande importância teórica, sendo esta a razão pela qual

a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros. Só com esta condição a análise se adequaria à natureza complexa e sutil do enunciado e abrangeria seus aspectos essenciais. Tomar como ponto de referência apenas os gêneros primários leva irremediavelmente a trivializá-los (a trivialização extrema representada pela lingüística behaviorista). A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo).

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material lingüístico concreto - a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua, etc. - lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal, etc. É deles que os pesquisadores extraem os fatos lingüísticos de que necessitam. Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciado situa-

se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática. É deste ângulo que vamos agora abordar algumas áreas e alguns problemas da lingüística.

Em primeiro lugar, vejamos a estilística. O estilo está in-

283

dissolvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso. O enunciado - oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal - é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual. Mas nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. Os gêneros mais propícios são os literários - neles o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma das suas linhas diretrizes -; se bem que, no âmbito da literatura, a diversidade dos gêneros ofereça uma ampla gama de possibilidades variadas de expressão à individualidade, provendo à diversidade de suas necessidades. As condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua são as oferecidas pelos gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, tais como a formulação do documento oficial, da ordem militar, da nota de serviço, etc. Nesses gêneros só podem refletir-se os aspectos superficiais, quase biológicos, da individualidade (e principalmente na realização oral de enunciados pertencentes a esse tipo padronizado). Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim dizer, seu epifenômeno, seu produto complementar. A variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e dos aspectos da personalidade individual, e o estilo individual pode relacionar-se de diferentes maneiras com a língua comum. O problema de saber o que na língua cabe respectivamente ao uso corrente e ao indivíduo é justamente problema do enunciado (apenas no enunciado a língua comum se encarna numa forma individual). A definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso.

O vínculo indissolúvel, orgânico, entre o estilo e o gênero mostra-se com grande clareza quando se trata do problema de um estilo lingüístico ou funcional. De fato, o estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana. Ca-

284

da esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.) O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado. Isso não equivale a dizer, claro, que o estilo lingüístico não pode ser objeto de um estudo específico, especializado. Tal estudo, ou seja, uma estilística da língua, concebida como uma descrição autônoma, é possível e necessário. Porém, para ser correto e produtivo, este estudo sempre deve partir do fato de que os estilos da língua pertencem por natureza ao gênero e deve basear-se no estudo prévio dos gêneros em sua diversidade. Até agora, a estilística da língua ignorou tais fundamentos, daí sua debilidade. Não existe uma classificação comumente reconhecida dos estilos lingüísticos. A falha dos autores de classificações é esquecer a necessidade primordial de uma classificação: a necessidade de uma unidade de base. As classificações são surpreendentemente pobres e não apresentam o menor critério diferencial. A *Gramática* da Academia recém-publicada

enumera as seguintes variedades estilísticas: linguagem livresca, popular, científico-abstrata, científico-oficial, falada, familiar, vulgar, etc. Ao lado dessa nomenclatura dos estilos lingüísticos, como variantes estilísticas, encontram-se: palavras dialetais, palavras antiquadas, locuções profissionais. Tal classificação dos estilos é totalmente fortuita e fundamenta-se em princípios (ou bases) díspares no inventário dos estilos (sem contar que é uma classificação pobre e não diferencial)!. Tal estado de coisas resulta de uma in-

1. É uma classificação igualmente pobre, confusa e mal fundamentada dos estilos da língua que se encontra no livro de A. N. Gvozdev, *Ensaio de estilística da língua russa* (Moscou, 1952). As classificações se baseiam em noções tradicionais, adotadas sem o menor espírito crítico.

285

compreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana, assim como de uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e os secundários.

A separação entre o estilo e o gênero repercute de um modo muitíssimo nefasto sobre a elaboração de toda uma série de problemas históricos. As mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso. A língua escrita corresponde ao conjunto dinâmico e complexo constituído pelos estilos da língua, cujo peso respectivo e a correlação, dentro do sistema da língua escrita, se encontram num estado de contínua mudança. É a um sistema ainda mais complexo, e que obedece a outros princípios, que pertence a língua literária, cujos componentes incluem também os estilos da língua não escrita. Para deslindar a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da simples (e em geral superficial) descrição dos estilos que se sucedem, e chegar à explicação histórica dessas mudanças, é indispensável colocar o problema específico dos gêneros do discurso (e não só dos gêneros secundários mas também dos gêneros primários) que, de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social. Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero².

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica, etc.). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento

2. Esta tese que defendemos nada tem em comum com os princípios defendidos pela escola de Vossler, que coloca a estilística antes da gramática. A continuação de nossa exposição o demonstrará com toda clareza.

286

na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação dos gêneros do discurso. Quando a literatura, conforme suas necessidades, recorre às camadas correspondentes (não literárias) da literatura popular, recorre obrigatoriamente aos gêneros do discurso através dos quais essas camadas se atualizaram. Trata-se, em sua maioria, de tipos pertencentes ao gênero falado-dialogado. Daí a dialogização mais ou menos marcada dos gêneros secundários, o enfraquecimento do princípio monológico de sua composição, a nova sensibilidade ao ouvinte, as novas formas de conclusão do todo, etc. Quando há estilo, há gênero. Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruímos e renovamos o próprio gênero.

Assim, portanto, tanto os estilos individuais como os que pertencem à língua tendem para os gêneros do discurso. Um estudo mais ou menos profundo e extenso dos gêneros do

discurso é absolutamente indispensável para uma elaboração produtiva de todos os problemas da estilística.

O problema geral dos princípios metodológicos aplicáveis ao estudo das correlações existentes entre o léxico e a gramática de um lado, e entre o léxico e a estilística do outro, baseia-se nesse mesmo problema do enunciado e dos gêneros do discurso.

A gramática (e o léxico) se distingue radicalmente da estilística (alguns chegam a opô-las), e, ao mesmo tempo, não há um único estudo de gramática (ainda mais a gramática normativa) que não incorpore a estilística. Em toda uma série de casos, a fronteira entre a gramática e a estilística parece apagar-se totalmente. Há fenômenos que, para uns, estão relacionados com a gramática, para outros, com a estilística. É o caso do sintagma, por exemplo.

Pode-se dizer que a gramática e a estilística se juntam e se separam em qualquer fato lingüístico concreto que, encarado do ponto de vista da língua, é um fato gramatical, encarado do ponto de vista do enunciado individual, é um fato estilístico. Mesmo a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato estilístico. Esses dois pontos de vista

287

sobre um único e mesmo fenômeno concreto da língua não devem porém excluir-se mutuamente, substituir-se mecanicamente um ao outro, devem combinar-se organicamente (com a manutenção metodológica de sua diferença) sobre a base da unidade real do fato lingüístico. Apenas uma compreensão profunda da natureza do enunciado e da particularidade dos gêneros do discurso pode permitir a solução desse complexo problema de metodologia.

O estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso tem uma importância fundamental para superar as noções simplificadas acerca da vida verbal, a que chamam o “fluxo verbal”, a comunicação, etc., noções estas que ainda persistem em nossa ciência da linguagem. Irei mais longe: o estudo do enunciado, em sua qualidade de *unidade real da comunicação verbal*, também deve permitir compreender melhor a natureza das *unidades da língua* (da língua como sistema): as palavras e as orações.

É precisamente para este problema, que é o mais geral, que vamos passar agora.

288

289

II

O enunciado, unidade da comunicação verbal

A lingüística do século XIX - a começar por W. Humboldt-, sem negar a função comunicativa da linguagem, empenhou-se em relegá-la ao segundo plano, como algo acessório; passava-se para o primeiro plano a função formadora sobre o pensamento, independente da comunicação. Eis a célebre fórmula de Humboldt: “Abstraindo-se a necessidade de comunicação do homem, a língua lhe é indispensável para pensar, mesmo que tivesse de estar sempre sozinho.” A escola de Vossler passa a função dita expressiva para o primeiro plano. Apesar das diferenças que os teóricos introduzem nessa função, ela, no essencial, resume-se à expressão do universo individual do locutor. A língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se. A essência da língua, de uma forma ou de outra, resume-se à criatividade espiritual do indivíduo. Aventaram-se, e continuam-se a aventar, outras variantes das funções da linguagem, mas o que permanece característico é não uma ignorância absoluta, por certo, mas uma estimativa errada das funções comunicativas da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se este estivesse *sozinho*, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da

comunicação verbal. E, quando o papel do outro é levado em consideração, é como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor. O enunciado satisfaz ao seu próprio objeto (ou seja, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciador. A língua só requer o locutor - apenas o locutor - e o objeto de seu discurso, e se, com isso, ela também pode servir de meio de comunicação, esta é apenas uma função acessória, que não toca à sua essên-

290

cia. É óbvio que a coletividade lingüística, a multiplicidade dos locutores são fatos que não podem ser ignorados quando se trata da língua, mas esse aspecto não é necessário ou determinante quando se trata de definir a natureza da língua em sua essência. Às vezes a coletividade lingüística é encarada como uma espécie de personalidade coletiva - o “espírito de um povo”, etc. — e é-lhe atribuída uma importância capital (na “psicologia dos povos”), mas a verdade é que, mesmo nesses casos, a multiplicidade dos locutores - os *outros* para cada determinado locutor - perde sua substância.

Na lingüística, até agora, persistem *funções* tais como o “ouvinte” e o “receptor” (os parceiros do “locutor”). Tais funções dão uma imagem totalmente distorcida do processo complexo da comunicação verbal. Nos cursos de lingüística geral (até nos cursos sérios como os de Saussure), os estudiosos comprazem-se em representar os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte (quem recebe a fala), por meio de um esquema dos processos *ativos* da fala no locutor e dos processos *passivos* de percepção e de compreensão da fala no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos *aspectos* reais, mas quando estes esquemas pretendem representar o *todo* real da comunicação verbal se transformam em ficção científica. De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o *todo* constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente. Uma resposta fônica, claro, não sucede infalivelmente ao enunciado fônico que a sus-

291

cita: a compreensão responsiva ativa do que foi ouvido (por exemplo, no caso de uma ordem dada) pode realizar-se diretamente como um ato (a execução da ordem compreendida e acatada), pode permanecer, por certo lapso de tempo, compreensão responsiva muda (certos gêneros do discurso fundamentam-se apenas nesse tipo de compreensão, como, por exemplo, os gêneros líricos), mas neste caso trata-se, poderíamos dizer, de uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte. Os gêneros secundários da comunicação verbal, em sua maior parte, contam precisamente com esse tipo de compreensão responsiva de ação retardada. O que acabamos de expor vale também, *mutatis mutandis*, para o discurso lido ou escrito. A compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual for a forma de sua realização). O locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc. A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um *elemento* abstrato da intenção

discursiva em seu *todo*. O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. O ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como é representado como parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da lingüística geral, não corresponde ao protagonista real da comunicação verbal. O que é representado é o elemento abstrato do fato real da compreensão responsiva ativa em seu to-

292

do, geradora de uma resposta (resposta com que conta o locutor). Esse tipo de abstração científica é justificado, mas com a condição expressa de ser concebido como uma abstração e de não ser tomado por um fenômeno real e concreto, com o risco de cair na ficção. Ora, não é isso que se passa na lingüística, na medida em que tais esquemas abstratos, embora não sejam apresentados como o reflexo da comunicação verbal, não deixam de omitir a referência à complexidade maior do fenômeno real. O resultado é que o esquema distorce o quadro real da comunicação verbal cujos princípios essenciais são eliminados. O papel ativo do *outro* no processo da comunicação verbal fica minimizado ao extremo.

A utilização incerta e ambígua de termos tais como “fala” ou “fluxo verbal” revela o mesmo menosprezo pelo papel ativo do outro no processo de comunicação verbal e a tendência de passar ao largo desse processo. Esses termos deliberadamente vagos costumam designar aquilo que está submetido a uma segmentação em unidades de língua concebidas como frações da língua: fônicas (o fonema, a sílaba, o grupo acentuado) e significantes (a oração e a palavra). “O fluxo verbal se subdivide...”, “*Nosso discurso se divide em...*”, eis como costumam, nos cursos de lingüística geral e de gramática, e também nos estudos especializados de fonética, de lexicologia, introduzir as seções de gramática consagradas à análise das unidades lingüísticas correspondentes. E uma pena que a *Gramática* da Academia, publicada há tão pouco tempo, também utilize esta mesma formulação ambígua. E o que é então “nosso discurso”? Eis como é introduzida a seção que corresponde à fonética: “*Nosso discurso se divide acima de tudo em orações que, por sua vez, podem dividir-se em combinações de palavras e em palavras. As palavras se decompõem em unidades fônicas menores, as sílabas. As sílabas em sons distintos ou fonemas...*”

O que é então esse “fluxo verbal”, o que é então o “nosso discurso”? Qual é seu campo de ação? Terão eles um princípio e um fim? Se esses fenômenos possuem uma duração indeterminada, qual é a fração que usamos para dividi-la em unidades? Todos esses problemas estão imersos numa completa indeterminação e num conhecimento fragmentário. A vaga *palavra* “discurso” que se refere indiferentemente à língua, ao pro-

293

cesso da fala, ao enunciado, a uma seqüência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos lingüistas num *termo* rigorosamente definido e de significação restrita (fenômenos análogos ocorrem também em outras línguas). Esse estado de coisas explica-se pelo fato de que os problemas do enunciado e dos gêneros do discurso (e, por conseguinte, os da comunicação verbal) ficaram quase intocados. Em quase toda parte, os estudiosos divertem-se em jogar com o enredamento de todas essas significações. Geralmente, aplica-se a expressão “nosso discurso” a qualquer enunciado de qualquer locutor; mas tal acepção jamais é sustentada até o fim¹.

Ora, se aquilo que se divide e subdivide em unidades de língua é indeterminado e vago, a indeterminação e a confusão se transmitem igualmente às unidades assim obtidas.

A indeterminação e a confusão terminológicas acerca de um ponto metodológico tão central no pensamento lingüístico resultam de um menosprezo total pelo que é a *unidade*

real da comunicação verbal: *o enunciado*. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, *fronteiras* claramente delimitadas. E neste problema das fronteiras, cujo princípio é essencial, que convém deter-se com vagar.

As fronteiras do enunciado concreto, compreendido como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela

1. E, aliás, como se poderia sustentá-la até o fim? Um enunciado do tipo “Ah!” (réplica de diálogo) não é divisível em orações, em combinações de palavras, em sílabas. Portanto, fica evidente que nem todo enunciado é um discurso. Depois disso, os estudiosos dividem o enunciado (o discurso) e obtêm unidades da língua. Em seguida, definem a oração como o enunciado mais simples que, conseqüentemente, já não pôde mais ser uma unidade do enunciado. Tacitamente, pressupõem a fala de um locutor só, sendo descartados os matizes dialógicos.

Comparadas com as fronteiras do enunciado, todas as outras fronteiras (as que delimitam as orações, as combinações de palavras) são apenas relativas e convencionais.

294

alternância dos sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores. Todo enunciado - desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico - comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “*dixi*” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou.

Essa alternância dos sujeitos falantes que traça fronteiras estritas entre os enunciados nas diversas esferas da atividade e da existência humana, conforme as diferentes atribuições da língua e as condições e situações variadas da comunicação, é diversamente caracterizada e adota formas variadas. É no diálogo real que esta alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente; os enunciados dos interlocutores (parceiros do diálogo), a que chamamos de réplicas, alternam-se regularmente nele. O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a *posição do locutor*, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma *posição responsiva*. Este acabamento específico do enunciado será objeto de análises posteriores, pois é um dos traços fundamentais do enunciado. Ao mesmo tempo, as réplicas são ligadas umas às outras. Ora, a relação que se estabelece entre as réplicas do diálogo — relações de pergunta-resposta, asserção-objeção, afirmação-consentimento, oferecimento-aceitação, ordem-execução, etc. — é impossível entre as unidades da língua (entre as palavras e as orações), tanto no sistema da língua (no eixo vertical), quanto no interior do enunciado (no eixo horizontal). Esta relação específica que liga as réplicas do diálogo é apenas uma variante da relação específica que liga enunciados completos durante o pro-

295

cesso da comunicação verbal. Esta relação só é possível entre enunciados provenientes de diferentes sujeitos falantes. Pressupõe *o outro* (em relação ao locutor) membro da comunicação verbal. Esta relação entre enunciados completos não se presta a uma gramaticalização porque, como já dissemos, ela não existe entre as unidades da língua — não só no interior do sistema da língua, mas também no interior do enunciado.

Nos gêneros secundários do discurso, sobretudo nos gêneros retóricos, encontramos fenômenos que parecem contradizer o princípio que colocamos. Observa-se de fato que,

nos limites de um enunciado, o locutor (ou o escritor) formula perguntas, responde-as, opõe objeções que ele mesmo refuta, etc. Porém esses fenômenos não são mais que a simulação convencional da comunicação verbal e dos gêneros primários do discurso. É um jogo característico dos gêneros retóricos (que incluem certos modos de vulgarização científica); aliás, todos os gêneros secundários (nas artes e nas ciências) incorporam diversamente os gêneros primários do discurso na construção do enunciado, assim como a relação existente entre estes (os quais se transformam, em maior ou menor grau, devido à ausência de uma alternância dos sujeitos falantes). Tal é a natureza dos gêneros secundários. Mas todos esses fenômenos em que é reproduzida a relação específica com os gêneros primários, ainda que se realizem nos limites de *um único* enunciado, não se prestam a uma gramaticalização: sua natureza específica difere por princípio da natureza das relações existentes entre as palavras e as orações (e as outras unidades da língua: a combinação das palavras, etc.) e se preserva dentro do enunciado.

Tendo chegado a este ponto, e baseando-nos no material do diálogo e das réplicas, devemos analisar o problema da *oração* entendida como uma *unidade da língua* e ver o que a distingue do *enunciado* entendido como uma *unidade da comunicação verbal*.

(O problema acerca da natureza da oração é o problema mais complexo e difícil para a lingüística. Não faz parte de nosso intuito tratar deste problema em toda sua complexidade, propomo-nos somente tratar de um dos seus aspectos que, ao que nos parece, é essencial para a totalidade do problema. O que nos importa é determinar a relação existente entre a oração e o enunciado. Tal elucidação deverá contribuir para esclarecer tanto o enunciado quanto a oração.)

296

Voltaremos a este problema mais tarde. Por ora, basta-nos observar que as fronteiras da oração (unidade da língua) nunca são marcadas pela alternância dos sujeitos falantes que, se enquadrassem a oração em suas duas extremidades, a converteriam num enunciado. De fato, a oração adquiriria novas propriedades e seria percebida de uma maneira absolutamente diferente, que a distinguiria de uma oração idêntica, enquadrada por outras orações, no contexto de um único enunciado proveniente de um único e mesmo locutor. A oração representa um pensamento relativamente acabado, diretamente relacionado com outros pensamentos do mesmo locutor, dentro do todo do enunciado; uma vez terminada a oração, o locutor faz uma pausa, antes de passar para o pensamento que dá seguimento ao seu próprio pensamento, que continua, completa, fundamenta o pensamento anterior. O contexto da oração é o contexto do discurso de um único e mesmo sujeito falante (do locutor); a relação existente entre a oração e o contexto transverbal da realidade (a situação, as circunstâncias, a pré-história), e os enunciados de outros locutores não é uma relação direta ou pessoal, é intermediada por todo o contexto que a rodeia, ou seja, pelo enunciado em seu todo. Mas, se a oração não se insere no contexto da fala de *um único e mesmo* locutor, em outras palavras, se representa um enunciado completo e acabado (uma réplica de diálogo), então se encontra numa relação direta (e pessoal) com a realidade (com o contexto trans-verbal da fala) e com os outros enunciados *alheios*; o que lhe sucede, portanto, já não é a pausa decidida pelo próprio locutor (as pausas, enquanto fatos gramaticais, calculadas e deliberadas, só são possíveis no interior do discurso de um único locutor, ou seja, dentro de um único enunciado; a pausa entre os enunciados é um fato real e não um fato gramatical, e este tipo de pausa — que se prende à psicologia ou a alguma circunstância externa — pode introduzir uma ruptura no todo do enunciado; é uma pausa que, nos gêneros secundários, provém de um cálculo do artista, do diretor, do ator, e distingue-se, por princípio, tanto da pausa gramatical como da pausa estilística, tal como ocorre, por exemplo, entre os sintagmas, dentro de um enunciado), o que lhe sucede é a resposta ou a compreensão responsiva de outro locutor. A oração passa então à categoria de enunciado completo, implica uma atitude responsiva:

297

pode-se concordar com ele ou discordar dele, pode-se executar, julgar, etc. A oração enquanto tal, em seu contexto, não tem capacidade de determinar uma resposta; adquire essa propriedade (mais exatamente: participa dela) apenas no todo de um enunciado. A oração que se torna enunciado completo adquire novas qualidades e particularidades que não pertencem à oração, mas ao enunciado, que não expressam a natureza da oração mas do enunciado e que, achando-se associadas à oração, completam-na até torná-la um enunciado completo. A oração, como unidade da língua, é desprovida dessas propriedades; não é delimitada em suas duas extremidades pela alternância dos sujeitos falantes, não está em contato imediato com a realidade (com a situação transverbal) e tampouco está em relação imediata com os enunciados do outro, não possui uma significação plena nem uma capacidade de suscitar a atitude responsiva do *outro* locutor, ou seja, de determinar uma resposta. A oração, como unidade da língua, é de natureza gramatical e tem fronteiras, um acabamento, uma unidade que se prendem à gramática (é no interior do todo do enunciado e do ponto de vista desse todo que a oração alcança propriedades estilísticas). Onde a oração figura a título de enunciado completo, parece encravada num material de natureza totalmente estranha. Ao se ignorar esses fatos na análise da oração, deforma-se a natureza da oração (e, portanto, do enunciado que se gramaticaliza). Muitos lingüistas (no campo da sintaxe) são prisioneiros dessa confusão: o que estudam como oração é, na verdade, uma espécie de *híbrido* da oração (unidade da língua) e do enunciado (unidade da comunicação verbal). As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente lingüística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua — palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal.

Na falta de uma teoria baseada no enunciado entendido como unidade da comunicação verbal, permanece incer-

ta a distinção entre a oração e o enunciado, que geralmente são confundidos.

Voltemos ao diálogo real. Como já dissemos, é a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal. A alternância dos sujeitos falantes (dos locutores) que determina a fronteira entre os enunciados apresenta-se no diálogo com excepcional clareza. Ora, o mesmo sucede nas outras esferas da comunicação verbal, mesmo nas áreas com organização complexa da comunicação cultural (nas ciências e nas artes). As fronteiras do enunciado são sempre da mesma natureza.

As obras de construção complexa e as obras especializadas pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes, apesar de tudo o que as distingue da réplica do diálogo, são, por sua natureza, unidades da comunicação verbal: são identicamente delimitadas pela alternância dos sujeitos falantes e as fronteiras, mesmo guardando sua nitidez *externa*, adquirem uma característica *interna* particular pelo fato de que o sujeito falante — o *autor* da obra — manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. Esse cunho de individualidade apostado à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural — as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc.

A obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural. A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras-enunciados: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem, e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra está

separada das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes.

A alternância dos sujeitos falantes que compõe o contex-

299

to do enunciado, transformando-o numa massa compacta rigorosamente circunscrita em relação aos outros enunciados vinculados a ele, constitui a primeira particularidade do enunciado concebido como unidade da comunicação verbal e que distingue esta da unidade da língua. Passemos agora à segunda particularidade, indissociável da primeira, a saber: o *acabamento* específico do enunciado. O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. Ao ouvir ou ao ler, sentimos claramente o fim de um enunciado, como se ouvíssemos o “*dixi*” conclusivo do locutor. É um acabamento totalmente específico e que pode ser determinado por meio de critérios particulares. O primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a *possibilidade de responder* — mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem). Esse critério vale tanto para a curta pergunta banal, por exemplo: “Que horas são?” (pode-se respondê-la) ou para o pedido banal ao qual se pode aceder ou não aceder, quanto para a exposição científica, com a qual se pode concordar ou discordar (total ou parcialmente), e para o romance (no âmbito artístico), sobre o qual se pode formular um juízo de conjunto. É necessário o acabamento para tornar possível uma reação ao enunciado. Não basta que o enunciado seja inteligível no nível da *língua*. Uma oração totalmente inteligível e acabada, se for uma oração e não um enunciado—constituído de uma única oração—não poderá suscitar uma reação de resposta: é inteligível, está certo, mas ainda não é um *todo*. Este *todo*—indício da *totalidade* de um enunciado—não se presta a uma definição de ordem gramatical ou pertencente a uma entidade do sentido.

A totalidade acabada do enunciado que proporciona a possibilidade de responder (de compreender de modo responsivo) é determinada por três fatores indissociavelmente ligados no *todo* orgânico do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento.

O primeiro fator—o tratamento exaustivo do tema do

300

enunciado- varia profundamente conforme as esferas da comunicação verbal. O tratamento exaustivo pode ser quase total em certas esferas: na vida cotidiana (as perguntas de ordem puramente factual e as respostas igualmente factuais que elas suscitam), na vida prática, na vida militar (os comandos e as ordens), na vida profissional, em suma, nas esferas em que os gêneros do discurso são padronizados ao máximo e a criatividade é quase inexistente. Nas esferas criativas (em particular, claro, nas ciências), em compensação, o tratamento exaustivo será muito relativo—exatamente um mínimo de acabamento capaz de suscitar uma atitude responsiva. Teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna *tema* de um enunciado (de uma obra científica, por exemplo), recebe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir, ou seja, desde o início ele estará dentro dos limites de um *intuito definido pelo autor*. Eis-nos assim diante do segundo fator indissolivelmente ligado ao primeiro.

Em qualquer enunciado, desde a réplica cotidiana monolexemática até as grandes obras complexas científicas ou literárias, captamos, compreendemos, sentimos o *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* do locutor que determina o *todo* do enunciado: sua amplitude, suas fronteiras. Percebemos o que o locutor *quer* dizer e é em comparação a esse intuito discursivo, a esse querer-dizer (como o tivermos captado) que mediremos o acabamento do enunciado. Esse intuito determina a escolha, enquanto tal, do objeto, com suas fronteiras (nas circunstâncias precisas da comunicação verbal e necessariamente em relação aos enunciados anteriores) e o tratamento exaustivo do objeto do sentido que lhe é próprio. Tal

intuito vai determinar também, claro, a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado (mas este é o terceiro fator de que trataremos mais adiante). O intuito, o elemento *subjetivo* do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido — *objetivo* — para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados. É por isso que os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, cap-

301

tam com facilidade e prontidão o *intuito discursivo*, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o *todo* de um enunciado em processo de desenvolvimento.

Passemos agora ao terceiro fator, que é o mais importante para nós, a saber: as formas estáveis do *gênero do enunciado*. O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado. Esse tipo de gênero existe sobretudo nas esferas muito diversificadas da comunicação verbal oral da vida cotidiana (inclusive em suas áreas familiares e íntimas).

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica*. Como Jourdain de Molière, que falava em prosa sem suspeitar disso, falamos em vários gêneros sem suspeitar de sua existência. Na conversa mais desenvolvida, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. A comunicação verbal na vida cotidiana não deixa de dispor de gêneros criativos. Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. A língua materna — a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical —, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. Assimilamos as formas da língua somente nas formas assumidas pelo enunciado e juntamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência con-

302

juntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida. Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

As formas do gênero às quais modelamos nossa fala se distinguem substancialmente das formas da língua, do ponto de vista de sua estabilidade e de suas leis normativas para o locutor. De um modo geral, elas são mais maleáveis, mais plásticas e mais livres do que as formas da língua. Também nesse caso, a variedade dos gêneros do discurso é muito grande.

Há toda uma gama dos gêneros mais difundidos na vida cotidiana que apresenta formas tão padronizadas que o querer-dizer individual do locutor quase que só pode manifestar-se na escolha do gênero, cuja expressividade de entonação não deixa de influir na escolha. E o caso, por exemplo, dos diversos gêneros fáticos, das felicitações, dos votos, das trocas de novidades — sobre a saúde, os negócios, etc. A diversidade desses gêneros deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros: há o estilo elevado, estritamente oficial, deferente, como há o estilo familiar que comporta vários graus de familiaridade e de intimidade (distinguindo-se esta da familiaridade)². Trata-se de gêneros que implicam também um tom determina-

2. Esse tipo de fenômenos e tipos análogos chamaram a atenção dos linguistas (sobretudo dos historiadores da língua) de um ângulo puramente estilístico, na medida em que a língua refletia as formas históricas variáveis da etiqueta, da cortesia, do decoro. (Cf. F Brunot, *Histoire de la langue française des origines à 1900*, Paris, 1905-1943.)

303

do, ou seja, comportam em sua estrutura uma dada entonação expressiva. Estes gêneros, em particular os gêneros elevados, oficiais, são muito estáveis e muito prescritivos (normativos). O querer-dizer deve limitar-se à escolha de um determinado gênero e apenas ligeiros matizes na entonação expressiva (pode-se adotar um tom mais deferente, mais frio ou então mais caloroso, introduzir uma entonação prazerosa, etc.) podem expressar a individualidade do locutor (o aspecto emocional de seu intuito discursivo). Mas aqui também, no nível dos gêneros, pode intervir o jogo das inflexões, característico da comunicação verbal: por exemplo, a forma do gênero do cumprimento pode ser transferida da esfera oficial para a esfera familiar da comunicação, que será então utilizada com uma inflexão irônico-paródica; com finalidades análogas, podem-se confundir deliberadamente os gêneros pertencentes a esferas diferentes.

Ao lado dos gêneros padronizados, existiram, e continuam a existir, claro, gêneros mais livres e mais criativos da comunicação verbal oral: os gêneros das reuniões sociais, da intimidade amigável, da intimidade familiar, etc. (Até agora nenhuma nomenclatura dos gêneros do discurso oral foi criada e mesmo o princípio dessa nomenclatura não é claro.) A maior parte desses gêneros se presta a uma reestruturação criativa (de um modo semelhante aos gêneros literários e, alguns deles, num grau ainda mais acentuado), mas um uso criativo livre não significa ainda a recriação de um gênero: para usá-los livremente, é preciso um bom domínio dos gêneros.

São muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas da comunicação verbal, precisamente pelo fato de não dominarem, na prática, as formas do gênero de uma dada esfera. Não é raro o homem que domina perfeitamente a fala numa esfera da comunicação cultural, sabe fazer uma explanação, travar uma discussão científica, intervir a respeito de problemas sociais, calar-se ou então intervir de uma maneira muito desajeitada numa conversa social. Não é por causa de uma pobreza de vocabulário ou de estilo (numa acepção abstrata), mas de uma inexperiência de dominar o repertório dos gêneros da conversa social, de uma falta de conhecimento a respeito do que é o todo do enunciado, que o indivíduo fica inapto para mol-

304

dar com facilidade e prontidão sua fala e determinadas formas estilísticas e composicionais; é por causa de uma inexperiência de tomar a palavra no momento certo, de começar e terminar no tempo correto (nesses gêneros, a composição é muito simples).

É de acordo com nosso domínio dos gêneros que usamos com desembaraço, que descobrimos mais depressa e melhor nossa individualidade neles (quando isso nos é possível e útil), que refletimos, com maior agilidade, a situação irreproduzível da comunicação verbal, que realizamos, com o máximo de perfeição, o intuito discursivo que livremente concebemos.

Portanto, o locutor recebe, além das formas prescritivas da língua comum (os componentes e as estruturas gramaticais), as formas não menos prescritivas do enunciado, ou seja, os gêneros do discurso, que são tão indispensáveis quanto as formas da língua para um entendimento recíproco entre locutores. Os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria. E por isso que o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e de sua criatividade, não pode ser considerado como uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua, do modo concebido, por exemplo, por Saussure (e, na sua esteira, por muitos lingüistas), que opõe o enunciado (a fala), como um ato puramente individual, ao sistema da língua como fenômeno puramente social e prescritivo para o indivíduo³. A grande maioria dos lingüistas compartilha a mesma posição, se não na teoria, na prática: no enunciado, vêem apenas a combinação individual de formas puramente lingüísticas (lexicais e gramaticais) e, na prática, não vêem nem estudam nenhuma outra forma normativa.

O menosprezo dos gêneros do discurso como formas de enunciados relativamente estáveis e normativos devia irreme-

3. Saussure definiu o enunciado (a fala) como “ato individual de vontade e de inteligência, no qual convém distinguir: 1) as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua a fim de expressar seu pensamento pessoal; 2) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (Saussure, *Cours de linguistique générale*, cap. 111-2). Saussure ignora portanto o fato de que, além das formas da língua, há também as **formas de combinação** dessas formas da língua, ou seja, ignora os gêneros do discurso.

305

diavelmente levar os lingüistas a confundirem, como já mencionamos acima, o enunciado e a oração, a afirmarem (sem que, é verdade, isso jamais tenha sido defendido de modo conseqüente) que nossa fala se molda a formas estáveis da oração; mas não se perguntaram qual é o número de orações inter-relacionadas emitidas consecutivamente por nós e em que momento nos detemos; tudo isso é deixado à arbitrariedade absoluta do querer-dizer do locutor ou ao capricho de um “fluxo verbal” mítico.

Quando escolhemos um determinado tipo de oração, não escolhemos somente uma determinada oração em função do que queremos expressar com a ajuda dessa oração, selecionamos um tipo de oração em função do *todo* do enunciado completo que se apresenta à nossa imaginação verbal e determina nossa opção. A idéia que temos da forma do nosso enunciado, isto é, de um gênero preciso do discurso, dirige-nos em nosso processo discursivo. O intuito de nosso enunciado, em seu todo, pode não necessitar, para sua realização, senão de uma oração, mas pode também necessitar de um grande número delas e o gênero escolhido dita-nos o seu tipo com suas articulações composicionais.

Uma das razões para que a lingüística ignore as formas de enunciados deve-se à extrema heterogeneidade da estrutura composicional delas e às particularidades de seu volume (a extensão do discurso): que vai da réplica monolexêmica ao romance em vários tomos. A grande variabilidade do volume é válida também para os gêneros discursivos orais. Por isso, os gêneros do discurso parecem incomensuráveis e inoperantes enquanto unidades do discurso.

É por isso que muitos lingüistas (sobretudo no campo da sintaxe) empenham-se em encontrar formas particulares que sejam um meio-termo entre a oração e o enunciado e que se assinalem pelo caráter acabado, do mesmo modo que o enunciado, e continuem comensuráveis, do mesmo modo que a oração. É o caso da “frase” (em Karcevski, por exemplo), da “comunicação” (em Chakhmatov e outros). Entre os pesquisadores que utilizam essas unidades, não há um conceito em comum, pois na vida da língua, não há nenhum fato real, determinado e circunscrito que lhes corresponda. Todas essas unidades artificiais e convencionais não levam em conta a alter-

nância dos sujeitos falantes que se dá durante qualquer comunicação verbal real e viva. Isso provoca, em todas as esferas de atividade da língua, um esmaecimento das fronteiras mais importantes: as fronteiras entre enunciados. Daí se segue (dai resulta) que a noção de acabamento, critério principal do enunciado, entendido como unidade efetiva da comunicação verbal, é perdida ou seja, a noção da aptidão do enunciado para condicionar uma atitude responsiva ativa nos outros parceiros da comunicação.

Para concluir esta parte, acrescentarei algumas observações sobre a oração (deixando para voltar com detalhes ao problema na parte final deste trabalho).

A oração, como unidade da língua, não consegue condicionar diretamente uma atitude responsiva ativa. É só ao tornar-se enunciado completo que adquire tal capacidade. Uma oração pode substituir um enunciado acabado, mas nesse caso, como já vimos, encontra-se completada por uma importante série de fatos não gramaticais que lhe modificam a natureza. É isso que acarreta uma aberração sintática de um tipo especial: ao analisar uma oração isoladamente, fora de seu contexto, esta é conceitualizada até tornar-se um enunciado completo; em consequência desse fato, a oração atinge o grau de acabamento que a torna apta para suscitar uma resposta.

A oração, assim como a palavra, é uma unidade significativa da língua; por isso, considerada isoladamente — por exemplo, “Saiu o sol” —, é totalmente inteligível, ou seja, compreendemo-lhe a *significação* lingüística, a *eventual* função num enunciado. Não obstante, é impossível adotar, a respeito dessa oração isolada, uma atitude responsiva ativa, a não ser que saibamos que o locutor, mediante essa oração, disse *tudo* o que queria dizer, que essa oração não é precedida nem seguida de outras orações provenientes do mesmo locutor. Mas assim, já não é uma oração e sim um enunciado com todos os seus direitos, composto de uma única oração — ele está enquadrado e delimitado pela alternância dos sujeitos, sendo o reflexo imediato da realidade (situação) transverbal. Tal enunciado pode receber uma resposta.

Ao contrário, se a oração está dentro de um contexto, alcança sua plenitude de *sentido* unicamente no interior desse contexto, ou seja, unicamente dentro do todo do enunciado,

e será possível responder a esse enunciado completo cujo elemento significativo é a dada oração. Tomemos, por exemplo, o seguinte enunciado: “Já saiu o sol. Vamos! Levante-se! Está na hora”, cuja compreensão responsiva (ou a resposta fônica) poderia ser: “É, realmente, está na hora”, embora também possa ser: “O sol já saiu, mais ainda é cedo, vou dormir de novo.” Aqui há outro *sentido* do enunciado e outra resposta. Essa mesma oração pode, igualmente, entrar na composição de uma obra literária, na qualidade de elemento de paisagem. Haverá então uma reação de resposta — apreciação e impressão de ordem estética — que se referirá somente à paisagem em seu todo. Dentro de outra obra, essa oração pode receber um significado simbólico. Em todos esses casos, a oração é elemento significativo do enunciado em seu todo e adquire sentido definitivo somente dentro desse todo.

Se nossa oração serve de enunciado completo, dota-se então de um sentido global, nas condições concretas, delimitadas da comunicação verbal. Ela pode ser a resposta à pergunta: “Será que o sol já saiu?” (em virtude, claro, de circunstâncias determinadas). Temos um enunciado que é a asserção de um fato preciso — asserção que pode ser verdadeira ou falsa, com a qual se pode estar ou não de acordo. Uma oração assertiva por sua *forma* não se torna asserção da *realidade* senão no contexto de um enunciado determinado.

Ao analisar uma oração assim, isoladamente, costuma-se considerá-la como um enunciado completo, referente a uma situação simplificada ao extremo: o sol realmente saiu, e o locutor constata: “Já saiu o sol”; o locutor vê que a grama esta verde, e ei-lo declarando: “A grama está verde.” Tais “comunicações”, sem sentido, são em geral consideradas como puras ocorrências clássicas da oração. Ora, na realidade, uma informação desse tipo se dirige a alguém, é provocada por algo, persegue uma finalidade

qualquer, ou seja, é um elo real na cadeia da comunicação verbal, no interior de uma dada esfera da realidade humana ou da vida cotidiana.

A oração, assim como a palavra, possui completitude em sua significação, completitude na sua forma *gramatical*, mas a completitude de sua significação é de natureza abstrata, sendo precisamente isso que a deixa tão clara; é a completitude característica do *elemento* e não o acabamento do *todo*. A ora-

308

ção, enquanto unidade da língua, assim como a palavra, não tem autor; não é de *ninguém* (como a palavra), sendo somente quando funciona como *enunciado completo* que se torna expressão individualizada da instância locutora, numa situação concreta da comunicação verbal. Chegamos assim à terceira particularidade constitutiva do enunciado, concernente à relação do enunciado com *o próprio locutor* (com o autor do enunciado), e *com os outros* parceiros da comunicação verbal.

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido. Por isso, o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos lingüísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor). É a fase inicial do enunciado, a qual lhe determina as particularidades de estilo e composição.

A segunda fase do enunciado, que lhe determina a composição e o estilo, corresponde à necessidade de *expressividade* do locutor ante o objeto de seu enunciado. A importância e a intensidade dessa fase expressiva variam de acordo com as esferas da comunicação verbal, mas existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual do enunciado se define acima de tudo por seus aspectos expressivos. Isto é comumente admitido no domínio da estilística — chega-se, aliás, a reduzir o estilo aos aspectos emotivo-valorativos do discurso.

Pode-se considerar que o princípio expressivo do discurso é um fenômeno da *língua* enquanto sistema? Pode-se falar de aspectos expressivos quando se trata de unidades da língua, ou seja, de palavras e de orações? A resposta a tais perguntas é categoricamente negativa. A língua enquanto sistema dispõe, claro, de um rico arsenal de recursos lingüísticos — lexicais, morfológicos e sintáticos — para expressar a posição emotivo-valorativa do locutor, mas todos esses recursos, na qualidade de recursos lingüísticos, são absolutamente *neutros* no plano dos valores da realidade. Uma palavra como “pequerrucho”

309

é um diminutivo hipocorístico, tanto pela significação de seu radical quanto por sua estrutura morfológica, no entanto, como unidade da língua, é tão neutra como a palavra “longe”. Trata-se apenas de um recurso lingüístico virtual suscetível de expressar uma atitude emotivo-valorativa ante a realidade e não se refere a nenhuma realidade determinada; apenas um locutor pode estabelecer essa espécie de relação, ou seja, um juízo de valor a respeito da realidade, que ele realizará mediante um enunciado concreto. As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários.

A oração, como unidade da língua, também é neutra, e não comporta aspectos expressivos: ela os recebe (mais exatamente, participa deles) somente dentro do enunciado concreto. E encontramos sempre perante a mesma aberração: uma oração como “Ele morreu” implica, com toda evidência, uma expressão definida, e, *a fortiori*, uma oração como: “Que alegria!” A verdade é que percebemos essas orações como enunciados, e, ademais, como enunciados de uma situação típica, ou seja, pertencentes a um gênero do discurso marcado por sua expressão típica. A oração enquanto tal carece de expressão tí-

pica, é neutra. Conforme o contexto do enunciado, a oração “Ele morreu” pode também corresponder a uma expressão positiva, feliz, até jubilosa. E a oração “Que alegria!” no contexto de um enunciado pode assumir um tom irônico ou sarcástico.

A entonação expressiva, que se entende distintamente na execução oral⁴, é um dos recursos para expressar a relação emotivo-valorativa do locutor com o objeto do seu discurso. No sistema da língua, ou seja, fora do enunciado, essa entonação não existe. A oração e a palavra, enquanto *unidades da língua*, não têm entonação expressiva. Se uma palavra isolada é proferida com uma entonação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado completo, realizado por uma única palavra (não há razão alguma de convertê-la numa oração). Na comunicação verbal, há muitíssimos tipos de enunciados ava-

4. É óbvio que percebemos a entonação, e ela existe como fator estilístico na leitura silenciosa do discurso escrito.

310

liatórios, bastante padronizados, ou seja, um gênero do discurso valorativo que expressa o elogio, o encorajamento, o entusiasmo, a reprovação, a injúria: “Ótimo!”, “Ánimo!”, “Bravíssimo!”, “Que horror!”, “Burro!”, etc. A palavra que adquire, em dadas circunstâncias da vida sociopolítica, uma importância especial, torna-se enunciado exclamativo-expressivo: “Paz!”, “Liberdade!”, etc. (este é um gênero específico do discurso, referente à vida público-política). Numa determinada situação, a palavra pode adquirir um sentido profundamente expressivo em forma de enunciado exclamativo (“Mar!”, exclamam dez mil gregos em Xenofonte).

Em todos esses casos, não lidamos com a palavra isolada funcionando como unidade da língua, nem com a *significação* dessa palavra, mas com o enunciado acabado e com um *sentido concreto*: o conteúdo desse enunciado. A significação da palavra se refere à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal. É por esta razão que não só compreendemos a significação da palavra enquanto palavra da língua, mas também adotamos para com ela uma atitude responsiva ativa (simpatia, concordância, discordância, estímulo à ação). A entonação expressiva não pertence à palavra, mas ao enunciado. Mesmo assim é difícil descartar a idéia de que a palavra da língua comporta (ou pode comportar) um “tom emocional”, um “juízo de valor”, uma “aura estilística”, etc., e que, por conseguinte, comporta também a entonação expressiva que lhe seria inerente em sua qualidade de palavra. Ficamos tentados a acreditar que, ao escolher as palavras de um enunciado, deixamos-nos justamente guiar pelo tom emocional inerente à palavra considerada isoladamente: adotaríamos aquelas que, por seu tom, correspondem à expressão do nosso enunciado, rejeitando as outras palavras. É assim que os próprios poetas concebem seu trabalho com a palavra, e é assim que também a estilística interpreta esse processo (a “experimentação estilística” de Pechkovski, por exemplo).

Ora, não é nada disso. É sempre a mesma aberração que já detectamos. Ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado⁵, e esse todo inten-

5. Quando construímos nosso discurso, sempre conservamos na mente o todo do nosso enunciado, tanto em forma de um esquema correspondente a um gênero definido como em forma de uma intenção discursiva individual.

311

cional, construído por nós, é sempre expressivo. E esse todo que irradia sua expressividade (ou melhor, nossa expressividade) para cada uma das palavras que escolhemos e que, de certo modo, inocula nessa palavra a expressividade do todo. Escolhemos a palavra de acordo com sua significação que, por si só, não é expressiva e pode ou não corresponder ao nosso objetivo expressivo em relação com as outras palavras, isto é, em relação com o todo de nosso enunciado. A significação neutra de uma palavra, relacionada com uma realidade efetiva, nas condições reais de uma comunicação verbal, sempre provoca o lampejo da expressividade. E precisamente isso que se dá no processo de criação de um enunciado. Repetimos: apenas o contato entre a significação lingüística e a realidade concreta, apenas o

contato entre a língua e a realidade — que se dá no enunciado — provoca o lampejo da expressividade. Esta não está no sistema da língua e tampouco na realidade objetiva que existiria fora de nós.

A emoção, o juízo de valor, a expressão são coisas alheias à palavra dentro da língua, e só nascem graças ao processo de sua utilização ativa no enunciado concreto. A *significação* da palavra, por si só (quando não está relacionada com a realidade), como já dissemos, é extra-emocional. Há palavras que designam especificamente a emoção, o juízo de valor: “alegria”, “aflição”, “belo”, “alegre”, “triste”, etc. Mas essas significações são tão neutras como qualquer outra significação. O colorido expressivo lhes vem unicamente do enunciado, e tal colorido não depende da significação delas considerada isoladamente. Teremos, por exemplo: “Toda alegria neste momento é amarga para mim”, onde a palavra “alegria”, a bem dizer, é ignorada do ponto de vista da expressão, apesar de sua significação.

O que acabamos de expor está longe de esgotar um problema que é muito mais complexo. Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade *lexicográfica*. Costumamos tirá-la de *outros*

Não alinhavamos as palavras, passando de uma para outra. Pelo contrário, é como se preenchêssemos um todo com as palavras úteis. Alinhavam-se palavras na primeira fase do estudo de uma língua estrangeira, e isso sempre se deve a um método errado na direção do trabalho. [continuação da nota 5.]

312

enunciados, e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo: selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado. No gênero, a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre as *significações* da palavra e a realidade concreta. Daí se segue que as possibilidades de expressões típicas formam como que uma supra-estrutura da palavra. Essa expressividade típica do gênero, claro, não pertence à palavra como unidade da língua e não entra na composição de sua significação, mas apenas reflete a relação que a palavra e sua significação mantêm com o gênero, isto é, com os enunciados típicos. A expressividade e a entonação típicas que lhe correspondem não possuem a força normativa própria das formas da língua.

É a força normativa do gênero, mais livre, que é exercida aqui. Em nosso exemplo “Toda alegria neste momento é amarga para mim”, o tom expressivo da palavra “alegria”, determinado pelo contexto, não é típico da palavra. Os gêneros do discurso, de uma maneira geral, prestam-se facilmente a uma modificação da inflexão - o triste passa a ser alegre — mas daí resulta algo novo (por exemplo, o gênero de epitáfio engraçado). É possível assimilar essa expressividade típica do gênero a “aura estilística” da palavra, mas nem por isso esta pertence à palavra da língua e sim ao gênero em que a palavra costuma funcionar. O que se ouve soar na palavra é o eco do gênero em sua totalidade.

A expressividade do gênero na palavra (e a entonação expressiva do gênero) é de ordem impessoal, da mesma maneira que os gêneros do discurso, como tais, são impessoais. (Temos aqui formas típicas de enunciado individual, mas não o próprio enunciado.) Posto o quê, a palavra que participa de nosso discurso e que nos vem dos enunciados individuais dos outros pode ter preservado, em maior ou menor grau, o tom e a ressonância desses enunciados individuais.

As palavras da língua não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo, só as ouvimos em forma de enunciados individuais,

313

só as lemos em obras individuais, e elas possuem uma expressividade que deixou de ser

apenas típica e tornou-se também individualizada (segundo o gênero a que pertence), em função do contexto individual, irreproduzível, do enunciado.

As significações lexicográficas das palavras da língua garantem sua utilização comum e a compreensão mútua de todos os usuários da língua, mas a utilização da palavra na comunicação verbal ativa é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto. Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra *minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. Sob estes dois últimos aspectos, a palavra é expressiva, mas esta expressividade, repetimos, não pertence à própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual. Neste caso, a palavra expressa o juízo de valor de um homem individual (aquele cuja palavra serve de norma: o homem de ação, o escritor, o cientista, o pai, a mãe, o amigo, o mestre, etc.) e apresenta-se como um aglomerado de enunciados.

A época, o meio social, o micromundo—o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas — que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apóiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração. Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de idéias diretrizes que emanam dos “luminares” da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc. Sem falar do modelo das antologias escolares que servem de base para o estudo da língua materna e que, decerto, são sempre expressivas.

E por isso que a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e per-

manente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de *assimilação*, mais ou menos criativo, das *palavras do outro* (e não *das palavras da língua*). Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.

A expressividade da palavra isolada não é pois propriedade da própria palavra, enquanto unidade da língua, e não decorre diretamente de sua significação. Ela se prende quer à expressividade padrão de um gênero, quer à expressividade individual do outro que converte a palavra numa espécie de representante do enunciado do outro em seu todo—um todo por ser instância determinada de um juízo de valor.

O que acabamos de dizer aplica-se também à oração que é uma unidade da língua e que, enquanto tal, é desprovida de expressividade. Falamos disso no início de nossa explanação. Falta completar o que já foi dito. Existem tipos de orações que costumam funcionar como enunciados completos e pertencem a um gênero determinado. É o caso das orações interrogativas, exclamativas e exortativas. Existem muitíssimos gêneros referentes à vida cotidiana ou a funções (por exemplo, os comandos e as ordens na vida militar ou na vida profissional) que, via de regra, são expressos por uma oração de tipo apropriado. Por outro lado, esse tipo de oração é pouco encontrado no contexto de uma consecução organizada de enunciados. Quando, contudo, orações desse tipo se acham inseridas num contexto coerente de enunciados, sobressaem sensivelmente na composição, e, por isso, em princípio, tendem a ser oração inicial ou final do enunciado (ou então a constituir uma parte relativamente autônoma do enunciado)⁶. Este tipo de oração apresenta um interesse especial para a ótica em que colocamos os problemas, e voltaremos a ele mais adiante. Por ora, o que nos

6. As orações iniciais e finais de um enunciado são, em geral, de uma natureza especial e comportam um princípio de complementaridade. São, de fato, orações de “vanguarda”, a bem dizer, situadas em cheio na linha de demarcação onde se realiza a alternância (o revezamento) dos sujeitos falantes.

315

importa é assinalar que as orações desse tipo aderem estreitamente à expressividade do gênero que lhes é próprio e que absorvem, com grande facilidade, a expressividade individual. Este tipo de oração contribuiu muito para consolidar as ilusões sobre a natureza expressiva da oração.

Acrescentarei mais uma observação. A oração, enquanto unidade da língua, possui uma entonação gramatical particular que não tem nada a ver com a expressividade. A entonação gramatical específica é a que marca a conclusão, a explicação, a demarcação, a enumeração, etc. Reserva-se um lugar especial à entonação narrativa, interrogativa, exclamativa e exortativa: é nesse ponto que se cruzam a entonação gramatical e a entonação do gênero (mas não a entonação expressiva no sentido estrito da palavra). Uma oração só atinge a entonação expressiva no todo do enunciado. Quando se dá um exemplo de oração para ser analisado, costuma-se atribuir-lhe certo tipo de entonação que transforma a oração num enunciado (se ela é tirada de um dado texto, conserva, claro, a entonação correspondente à expressividade do texto).

Portanto, a expressividade aparece como uma particularidade constitutiva do enunciado. O sistema da língua possui as formas necessárias (isto é, os recursos lingüísticos) para manifestar a expressividade, mas na própria língua as unidades significantes (palavras e orações) carecem, por sua natureza, de expressividade, são neutras. É isso que possibilita que elas sirvam de modo igualmente satisfatório a todos os valores, os mais variados e opostos e a todas as instâncias do juízo de valor.

O enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado. A estilística ignora este terceiro ponto e, para determinar o estilo de um enunciado, leva em conta unicamente os seguintes fatores: o sistema da língua, o objeto do sentido e a pessoa do locutor com seu juízo de valor a respeito desse objeto. A escolha dos recursos lingüísticos, de acordo com a concepção estilística habitual, efetua-se a partir de considerações acerca do objeto do sentido e da expressividade. É com base nesses aspectos que se determina um estilo, tanto um estilo da língua, quanto o estilo de um movimento ou o estilo individual. Assim temos, de um lado, o locutor com sua visão do mundo,

316

seu juízo de valor e suas emoções, e, do outro, o objeto do seu discurso e o sistema da língua (os recursos lingüísticos) — a partir daí se definirão o enunciado, seu estilo e sua composição. Tal é a concepção que reina absoluta.

Na realidade, o problema é muito mais complexo. Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição *definida* numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão, etc. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições. É por esta razão que o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal. Estas reações assumem formas variáveis: podemos introduzir

diretamente o enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado, podemos introduzir-lhe apenas palavras isoladas ou orações que então figuram nele a título de representantes de enunciados completos. Nesses casos, o enunciado completo ou a palavra, tomados isoladamente, podem conservar sua alteridade na expressão, ou então ser modificados (se imbuírem de ironia, de indignação, de admiração, etc.); também é possível, num grau variável, parafrasear o enunciado do outro depois de repensá-lo, ou simplesmente referir-se a ele como a opiniões bem conhecidas de um parceiro discursivo; é possível pressupô-lo explicitamente; nossa reação-resposta também pode refletir-se unicamente na expressão de nossa própria fala — na seleção dos recursos lingüísticos e de entonações, determinados não pelo objeto de nosso discurso e sim pelo enunciado do outro acerca do mesmo objeto. Este

317

é um caso típico e importante: com muita freqüência, a expressividade do nosso enunciado é determinada — às vezes nem tanto — não só pelo teor do objeto do nosso enunciado, mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema aos quais respondemos, com os quais polemizamos; são estes últimos que determinam igualmente a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc. A expressividade de um enunciado nunca pode ser compreendida e explicada até o fim se se levar em conta somente o teor do objeto do sentido. A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma *resposta*, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro⁷. As formas de reações-respostas que preenchem o enunciado são sumamente variadas e, até agora, nunca foram estudadas. Essas formas se diferenciam nitidamente segundo as particularidades das esferas da atividade e da vida cotidiana do homem nas quais se efetua a comunicação verbal. Por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre no seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que esse caráter de resposta não receba uma expressão externa bem perceptível. A resposta transparecerá nas tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição. As *tonalidades dialógicas* preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. Pois nosso próprio pensamento — nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes — nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento.

O enunciado do outro e a palavra do outro, conscientemente percebidos e distinguidos em sua alteridade, e introduzidos em nosso enunciado, incutem-lhe algo que se poderia qualificar de irracional do ponto de vista do sistema da língua, e

7. A entonação é um fato particularmente sensível e se refere sempre a mais além do contexto.

318

em particular, do ponto de vista da sintaxe. A inter-relação que se estabelece entre o discurso do outro assim inserido e o resto do discurso (pessoal) não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo, nem tampouco tem analogia com a relação com o objeto do sentido, existente entre os conjuntos sintáticos distintos não vinculados gramaticamente, dentro dos limites de um único enunciado. Em compensação, essas inter-relações têm analogia (sem serem, é evidente, idênticas) com as relações existentes entre as réplicas do diálogo. A entonação que demarca o discurso do outro (assinalada pelas aspas no discurso escrito) é um fenômeno de um tipo particular: é como que a transposição da *alternância dos sujeitos falantes* para o interior do enunciado. As *fronteiras* que essa alternância edifica são nesse caso tênues e específicas: a expressão do locutor se infiltra através dessas fronteiras e se

difunde no discurso do outro que poderá ser transmitido num tom irônico, indignado, simpático, admirativo (essa expressão é transmitida por uma entonação expressiva, e no discurso escrito nós a adivinhamos e a percebemos graças ao contexto que envolve o discurso do outro, ou graças à situação transverbal que sugere a expressão apropriada). Desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe. Observam-se esses fatos acima de tudo nos casos em que o discurso do outro (ainda que se reduza a uma única palavra, que terá valor de enunciado completo) é abertamente citado e nitidamente separado (entre aspas) e em que a alternância dos sujeitos falantes e de sua inter-relação dialógica repercute claramente. Mas em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos, falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor. O enunciado é um fenômeno complexo, polimorfo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia da comunicação verbal, em sua relação com

319

os outros enunciados (uma relação que não se costuma procurar no plano verbal, estilístico-composicional, mas no plano do objeto do sentido).

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Tem fronteiras nítidas, determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (dos locutores), mas dentro dessas fronteiras, o enunciado, do mesmo modo que a mônada de Leibniz, reflete o processo verbal, os enunciados dos outros e, sobretudo, os elos anteriores (às vezes os próximos, mas também os distantes, nas áreas da comunicação cultural).

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. A idéia simplificada que se faz da comunicação, e que é usada como fundamento lógico-psicológico da oração, leva a evocar a imagem desse Adão mítico. Na mente do locutor encontram-se associadas duas representações (ou melhor, é o inverso: uma representação complexa se divide em duas representações simples), e o locutor profere orações do tipo: “O sol brilha”, “A grama é verde”, “Estou sentado”, etc. Tais orações são totalmente possíveis, mas ou são fundamentadas e pensadas através do contexto de um enunciado completo que as faz participar da comunicação verbal (como réplicas de diálogo, artigos de vulgarização científica, discurso do professor dando aula, etc.), ou são enunciados completos e se encontram, de um modo ou de outro, fundamentadas por uma situação discursiva que as insere na cadeia da comunicação verbal. Na realidade, como já dissemos, todo enunciado, além do objeto de seu teor, sempre responde (no sentido lato da palavra), de uma forma ou de outra, a enunciados do outro anteriores. O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (numa conversa ou numa discussão acerca de qualquer acontecimento da vida cotidiana) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da co-

320

municação cultural). A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. E isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou im-pessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. A mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum

tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe. A relação com a palavra do outro difere radicalmente por princípio da relação com o objeto, mas sempre acompanha esta última. Repetimos, o enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal e não pode ser separado dos elos anteriores que o determinam, por fora e por dentro, e provocam nele reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica.

Entretanto, o enunciado está ligado não só aos elos que o precedem mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. No momento em que o enunciado está sendo elaborado, os elos, claro, ainda não existem. Mas o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. O papel dos *outros*, para os quais o enunciado se elabora, como já vimos, é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta.

O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de *dirigir-se* a alguém, de estar voltado *para o destinatário*. Diferentemente das unidades significantes da língua—palavras e orações—que são de ordem impessoal, não pertencem a ninguém e não se dirigem a ninguém, o enunciado tem autor (e, correlativamente, uma expressão, do que já falamos) e destinatário. Este destinatário pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos

321

subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos, etc.; pode até ser, de modo absolutamente indeterminado, *o outro* não concretizado (é o caso de todas as espécies de enunciados monológicos de tipo emocional). Essas formas e concepções do destinatário se determinam pela área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado. A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou o escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado? É disso que depende a composição, e sobretudo o estilo, do enunciado. Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero.

O destinatário do enunciado pode coincidir *em pessoa*, poderíamos dizer, com aquele (ou aqueles) a quem o enunciado responde. No diálogo da vida cotidiana ou na troca de cartas, essa coincidência é normal: aquele a quem respondo também vem a ser meu destinatário de quem, por minha vez, espero uma resposta (ou, pelo menos, uma compreensão responsiva ativa). Contudo, nessas coincidências de pessoas, um dos protagonistas desempenha dois papéis diferentes e o que importa é precisamente essa diferenciação de papéis: o enunciado daquele a quem respondo (aquiesço, contesto, executo, anoto, etc.) é *já-aqui*, mas sua resposta (sua compreensão responsiva) é *por-vir*. Enquanto elaboro meu enunciado, tendo a determinar essa resposta de modo ativo; por outro lado, tendo a presumi-la, e essa resposta presumida, por sua vez, influi no meu enunciado (precavenho-me das objeções que estou prevendo, assinalo restrições, etc.). Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado. Por exemplo, o gênero de divulgação científica dirige-se a um círculo preciso de leitores, com certo fun-

322

do aperceptivo de compreensão responsiva; é a outro leitor que se dirigem os textos que tratam de conhecimentos especializados, e é a um leitor muito diferente que se dirigirão as obras de pesquisas especializadas. Em todos esses casos, levar-se-á em conta o destinatário (e seu fundo aperceptivo), e a influência dele sobre a estrutura do enunciado é muito simples: tudo se resume à amplitude relativa de seus conhecimentos especializados.

Em outros casos, tudo pode ser muito mais complexo. Levar-se-á em conta o destinatário, cuja reação-resposta será presumida de modo pluridimensional, o que introduz uma dramaticidade interna especial no enunciado (dentro de certas modalidades do diálogo cotidiano, nas cartas, nos gêneros autobiográficos e confessionais). Nos gêneros retóricos, esses fenômenos se assinalam por uma acuidade que conserva contudo um caráter externo. Nas esferas da vida cotidiana ou da vida oficial, a situação social, a posição e a importância do destinatário repercutem na comunicação verbal de um modo todo especial. A estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros do discurso e nos estilos uma extraordinária diferenciação que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela fortuna privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (ou escritor). Posto o quê, apesar da grande riqueza nas diferenciações, tanto no plano das formas básicas como no plano das nuances, tais fenômenos têm um caráter de clichê e são exteriores, não são capazes de infundir a menor dramaticidade interior no âmago do enunciado. Só têm interesse como exemplos, bastante rudimentares decerto, mas esclarecedores, para ilustrar a influência do destinatário sobre a estrutura e o estilo do enunciado⁸.

8. Citarei uma tirada de Gogol que diz respeito ao nosso tema: “Impossível enumerar as nuances e as sutilezas de nossas maneiras... Parecemos com aqueles ladinos que vão falar com o proprietário de duzentas almas numa linguagem totalmente diferente da que usarão com o proprietário de trezentas almas; e com o proprietário de trezentas almas, usarão, por sua vez, uma linguagem totalmente diferente da que usarão com o proprietário de quinhentas almas; e com o proprietário de quinhentas almas, usarão, mais uma vez, uma linguagem totalmente diferente da que usarão com o proprietário de oitocentas almas. Enfim, em suma, se formos até um milhão, teremos ainda nuances” (*Almas mortas*, cap. III).

As nuances do estilo são mais sutis quando se devem ao caráter *pessoal* e ao grau de proximidade do relacionamento existente entre o destinatário e o locutor nos gêneros do discurso familiar, de um lado, e íntimo, do outro. Apesar da enorme diferença existente entre os gêneros familiares e os gêneros íntimos (e entre seus respectivos estilos), em ambos os casos o destinatário é percebido de modo idêntico, fora dos âmbitos da hierarquia e das convenções sociais (em maior ou menor grau), “sem a graduação”, poderíamos dizer. Daí resulta uma *franqueza* específica da fala, que pode, nos estilos familiares, chegar ao cinismo. Nos estilos íntimos, notamos como que um esforço que tende à fusão plena entre o locutor e o destinatário. No discurso familiar, com a abolição das proibições e convenções discursivas, torna-se possível uma atitude pessoal, informal, para com a realidade⁹. É por essa razão que os gêneros e os estilos familiares puderam desempenhar um papel positivo e importante na época do Renascimento quando se tratava de destruir a imagem oficial do mundo corrente na Idade Média. Isso também é válido para outras épocas: assim que se trata de destronar os estilos e as visões do mundo que gozam de um estatuto tradicional e oficial, que se necrosam e ficam convencionais, os estilos familiares adquirem grande importância para a literatura. Acrescentemos que um estilo que deriva para o estilo familiar deixa penetrar na literatura estratos da língua que, até então, nela se encontravam proibidos. A importância dos gêneros e dos estilos familiares na história da literatura não foi, até agora, apreciada em seu valor exato. Os gêneros e os estilos íntimos repousam numa máxima proximidade interior entre o locutor e o destinatário da fala (no limite, numa espécie de fusão entre eles). O discurso íntimo ~é impregnado de uma confiança profunda no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva. Nesse clima de profunda confiança, o locutor desvela suas profundezas

interiores. É isso que determina a expressividade particular e a franqueza interior desses estilos (diferentemente da linguagem franca da rua, tal como a encontramos no discurso familiar). A partir dos exemplos oferecidos pelos gêneros e pelos estilos familiares e íntimos (até agora

9.A linguagem franca da rua—chamar as coisas pelo próprio nome- sempre foi característica desse estilo.

324

pouco estudados), vê-se como o estilo depende do modo que o locutor percebe e compreende seu destinatário, e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa. Tais estilos revelam com muita clareza a estreiteza e os erros da estilística tradicional que tenta compreender e definir o estilo baseando-se unicamente no conteúdo do discurso (no nível do objeto do sentido) e na relação expressiva do locutor com esse conteúdo. Quando se subestima a relação do locutor com *o outro* e com seus enunciados (existentes ou presumidos), não se pode compreender nem o gênero nem o estilo de um discurso. O estilo chamado neutro ou objetivo, o estilo das exposições essencialmente concentradas no seu objeto e que, ao que parece, deveriam ignorar *o outro*, não deixa de implicar certa idéia do destinatário. Esse estilo objetivo-neutro seleciona os recursos lingüísticos em função não só de uma adequação ao objeto do discurso, mas também do pressuposto fundo aperceptivo do destinatário do discurso, ainda que esse fundo seja levado em consideração de um modo muito generalizado, com a abstração dos aspectos expressivos (a expressividade do locutor num estilo objetivo também é reduzida ao extremo). O estilo objetivo-neutro pressupõe uma espécie de identificação entre o destinatário e o locutor, uma comunhão de pontos de vista, o que ocorre à custa de uma recusa de expressividade. Cumpre observar que as características do estilo objetivo-neutro (e, por conseguinte, a concepção do destinatário que lhe serve de base) variam, conforme as áreas da comunicação verbal.

A concepção que o locutor (ou o escritor) faz do destinatário do seu discurso é um problema importantíssimo na história da literatura. Cada época, cada movimento literário, cada estilo artístico-literário, cada gênero literário, nos limites de uma época e de um movimento, se caracteriza por sua concepção particular do destinatário da obra literária, por uma percepção e uma compreensão particulares do leitor, do ouvinte, do público, da audiência popular. O estudo histórico das mudanças que ocorrem nessas concepções é uma tarefa importante de grande interesse. Sua elaboração, para ser produtiva, exige uma absoluta clareza teórica até na maneira de colocar o problema.

Cumpre assinalar que, ao lado da percepção e da representação real do destinatário que, efetivamente, determinam o

325

estilo dos enunciados (das obras), existem também, na história da literatura, formas convencionais ou semiconvencionais de dirigir-se aos leitores, ouvintes, descendentes etc.; assim como existe, ao lado do autor, a imagem não menos convencional ou semiconvencional de um autor interposto: os editores, os narradores de todas as espécies. Em sua grande maioria, os gêneros literários *são* gêneros secundários, complexos, que são compostos de diversos *gêneros* primários transformados (réplicas de diálogo, narrativas de costumes, cartas, diários íntimos, documentos, etc.). Esses gêneros secundários, que pertencem à comunicação cultural complexa, *simulam* em princípio as várias formas da comunicação verbal primária. E precisamente isso que gera todas essas personagens literárias convencionais de autores, de narradores, de locutores e de destinatários. Mas a obra do gênero secundário, quaisquer que sejam sua complexidade e a multiplicidade de seus componentes, não deixa de ser em *seu* todo (e como todo) um único e mesmo enunciado *real* que tem um autor real e destinatários que *o* autor percebe e imagina realmente.

Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso.

Diferentemente dos *enunciados* e dos gêneros do discurso, as unidades significantes da língua (a palavra e a oração), *por sua natureza, não* podem ter um destinatário: elas não pertencem a ninguém assim como não se dirigem a ninguém. Melhor ainda: como tais, carecem de qualquer relação com o enunciado do outro, com a palavra do outro. Se uma palavra isolada ou uma oração isolada se dirige a alguém, trata-se de um enunciado constituído de uma palavra ou de uma oração, e o fato de poder dirigir-se a alguém *não* lhes cabe na qualidade de unidade da língua. Se, rodeada de um contexto, a oração fica vinculada a um destinatário, é somente através do todo de um enunciado, enquanto parte constitutiva desse enunciado (enquanto *elemento*)¹⁰.

10. Assinalemos que *as orações* de tipo interrogativo e exortativo têm em princípio um estatuto de enunciado completo (nos gêneros do discurso correspondentes)

326

O sistema da língua dispõe de uma reserva imensa de recursos puramente lingüísticos para expressar formalmente o ato vocativo: recursos lexicais, morfológicos (as flexões correspondentes, os pronomes, as formas pessoais do verbo), sintáticos (os diferentes clichês e as modificações de orações). Essas formas porém só podem implicar um destinatário real no todo de um enunciado concreto. Esses recursos especializados da língua (recursos gramaticais) jamais abrangem, claro, todas as expressões pelas quais a fala se dirige a um destinatário. Certos recursos lingüísticos podem até estar completamente ausentes; ainda assim o enunciado refletirá, com grande agudeza, a influência do destinatário e de sua presumida reação-resposta. É sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona *todos* os recursos lingüísticos de que necessita.

Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro. Tudo isso, sendo alheio à natureza da oração como unidade da língua, perde-se e apaga-se. Esses fenômenos se relacionam com o todo do enunciado e deixam de existir desde que esse *todo* é perdido de vista. É isso que explica a perspectiva estreita da estilística tradicional que assinalamos. Uma análise estilística que queira englobar todos os aspectos do estilo deve obrigatoriamente analisar o *todo* do enunciado e, obrigatoriamente, analisá-lo dentro da cadeia da comunicação verbal de que o enunciado é apenas um *elo* inalienável.

327

O problema do texto

328

_Título da edição original: *O problema do texto nas áreas da lingüística, da filologia, das ciências humanas* _
Tentativa de uma análise filosófica.

_Texto de arquivos (1959-1961), não revisto pelo autor.

_Notas de trabalho para estudos projetados que não foram realizados.

329

Nosso estudo poderá ser classificado de filosófico sobretudo por razões negativas. Na verdade, não se trata de uma análise lingüística, nem filológica, nem literária, ou de alguma outra especialização. No tocante às razões positivas, são as seguintes: nossa investigação se